

Municípios, Escolas e Comunidade  
– Desenvolvimento da Acção Educativa

**Presidente da Mesa – José Augusto Pacheco**

MESA REDONDA

## A Cama de Gato Construção Sustentada do Acto Educativo

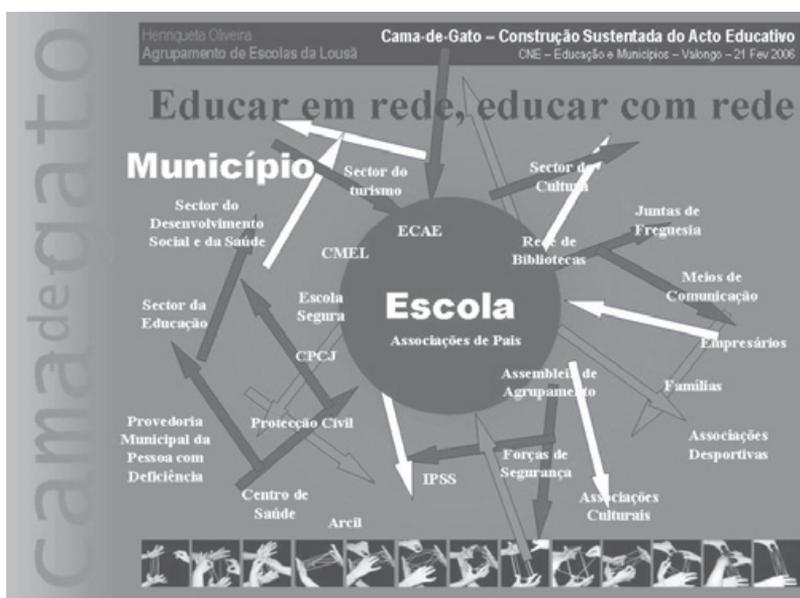
Henriqueta Oliveira\*

A Cama de Gato – jogo tradicional que consiste em “cruzar” um cordel pelos dez dedos das mãos e passá-lo a outros dez dedos, e outros dez, de mão em mão, sucessivamente, criando uma sequência de formas – foi o “modelo organizacional” escolhido pelo Agrupamento de Escolas da Lousã para simbolizar e retratar o que acreditamos dever ser o Acto Educativo: um acto partilhado, criativo, planeado, estruturado, não formatado, coerente, estruturante e estruturado, dinâmico.



\* Agrupamento de Escolas da Lousã

Nesta concepção dinâmica de Escola, centro da Comunidade porque sua parte integrante, cruzamento de uma rede de relações, articulações, parcerias e responsabilidade partilhada, o sucesso de cada aluno é sempre o sucesso da comunidade, que nele se reflecte e que é o seu reflexo. Nesta medida, não cabe só à Escola reflectir o currículo, mas também à Comunidade enquanto potenciadora e receptáculo desse currículo, na certeza de que quanto mais competências uma comunidade proporcionar aos jovens, mais competente e desenvolvida será.



No Concelho da Lousã, Agrupamentos e Comunidade constroem o(s) seu(s) Projecto(s) Educativo(s) – Concelhio, de Agrupamentos e de Escolas – articuladamente, em sede de Conselho Municipal e Conselhos Pedagógicos, numa dinâmica que se pretende participada, capaz de responsabilizar todos pelo concretização das grandes linhas definidas:

- Educar para os sentidos (conhecimento)
- Educar para a Sensibilidade (estética) na sede de Agrupamentos
- Educar para os Valores (ética e cidadania)
- Educar para as competências (operacionalização)

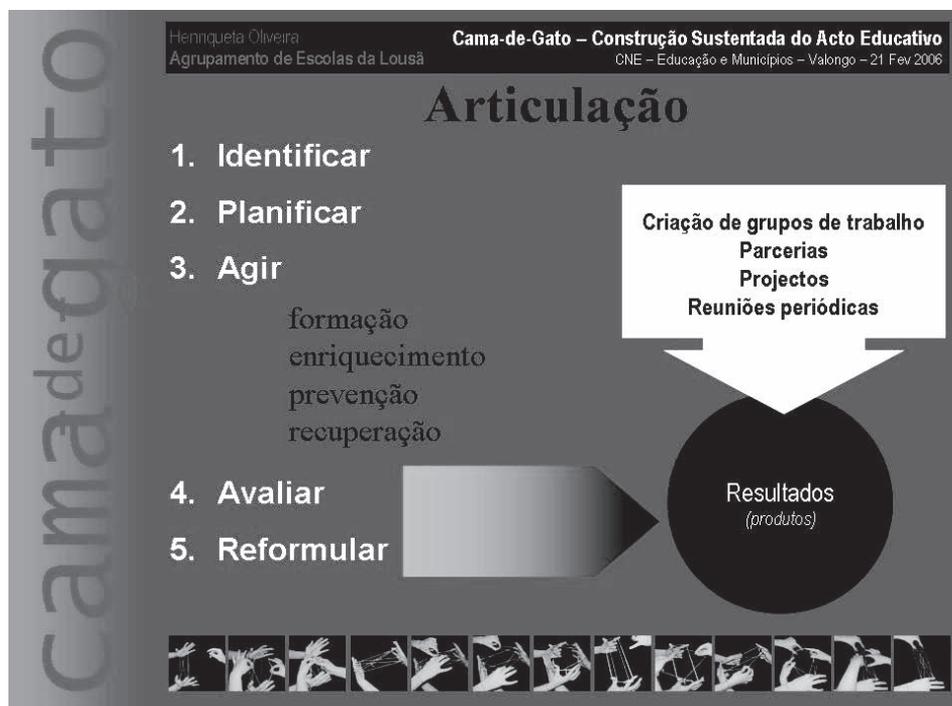


Para gerar e empreender esta lógica de centralidade da Escola, é necessário promover parcerias, celebrar protocolos, chamar para a construção e enriquecimento do currículo todos os parceiros que para ele possam contribuir, fazendo do acto educativo uma construção a muitas mãos.

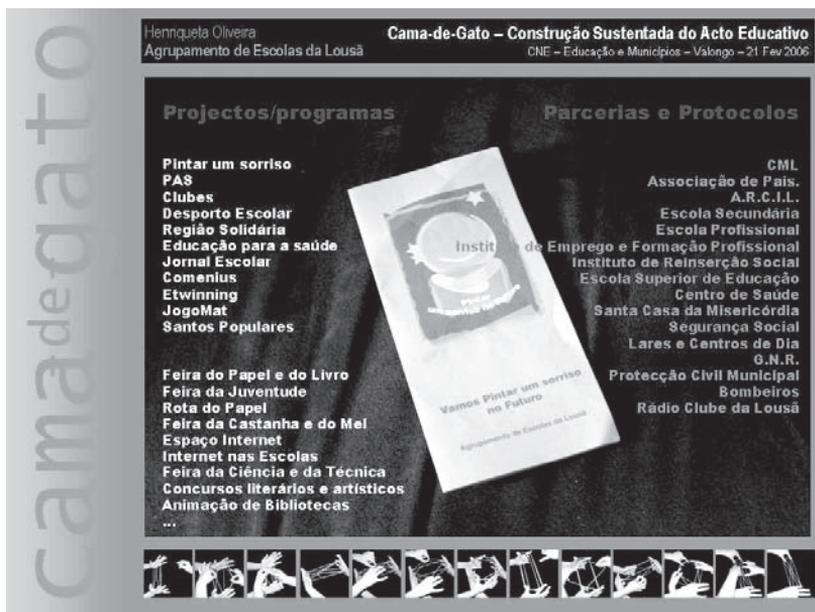
O produto deste trabalho não poderá ser “formatado”, no sentido em que a Escola fornece uma formação uniforme, independentemente do contexto e da necessidade da Comunidade; pretende-se, ao contrário, que seja flexível, adaptável, capaz de proporcionar a cada aluno um conjunto amplo de competências, de acordo com a sua individualidade, perfil, capacidades ou necessidades especiais, de forma a que possa ser um adulto autónomo, feliz, integrado, útil, agente de mudança.

À Escola e parceiros compete promover todo o espaço e tempos de articulação pedagógica vertical e horizontal, antecipando e preparando todas as alterações que devem ser introduzidas no currículo, ajustando práticas,

conteúdos e abordagens, num permanente trabalho de planificação, acção, avaliação, reformulação.



Desta dinâmica, foram nascendo na Lousã, ao longo dos anos, um conjunto de projectos que fazem já parte integrante das rotinas do dia a dia das escolas e autarquia e que envolvem um grupo relevante de parceiros. É através destes projectos, quase todos transversais, que se trabalha a extensão, desenvolvimento ou enriquecimento do currículo, com o objectivo de proporcionar aos alunos um conjunto alargado de experiências que projectem na prática os conteúdos que se aprende na sala de aula, e lhes confirmem sentido e finalidade.



Destes projectos, no Agrupamento de Escolas da Lousã salientamos:

- Clubes: Artes, Orquestra, Música, Xadrez, Costura, Culinária, Jornalismo, Europeu, Solidariedade, Património, Teatro, Desporto, que envolvem a escola, pais, autarquia; o projecto de Educação para a Saúde, com o envolvimento, entre outros, do Centro de Saúde;
- Projecto de Segurança, com o envolvimento da Escola Segura, Bombeiros, IDT;
- Projectos temáticos dinamizados pela autarquia, tais como, Feira do Papel, Semana da Ciência e da Técnica, Feira da Juventude; Feira da Castanha e do Mel, Concurso Poemas de Amor, entre outras.

Mais recentemente, nasceu o Projecto Pintar um Sorriso no Futuro, espaço onde se trabalha a inclusão, através do acompanhamento e encaminhamento dos alunos que apresentam comportamentos de risco por professores e técnicos e da articulação de planos de tutoria com Directores de Turma; espaço, ainda, onde se acompanham os alunos que não falam a

Língua Portuguesa como 1.<sup>a</sup> língua, através do acompanhamento por professores de Português, elaboração de portefólios, integração em actividades que promovam a partilha de culturas e costumes.

O conjunto de actividades que estes projectos geram é, da avaliação que fazemos, de uma riqueza imensa para a construção do currículo dos nossos alunos, potenciadora, acreditamos, de uma cidadania mais plena.



Educar em rede, será sempre educar com rede. É, no entanto, fundamental que se interiorize que esta rede, ao contrário da rede do circo, não é exterior a nós, nem da responsabilidade de terceiros. No acto educativo, tal como acreditamos que deva ser, a rede, a cama do gato, somos nós que a tecemos, agentes e destinatários; é da nossa responsabilidade. Quanto mais articulados forem capazes de ser os nossos gestos e actos, Escolas e Comunidades, mais consistente será a rede e mais garantias teremos de que o currículo se construa com sentido, finalidade e coerência. Um acto sustentado e sustentável, que não compromete o futuro, porque se compromete com ele.

## Envolver para desenvolver

Jorge Alves\*

Em primeiro lugar, o nosso muito obrigado do Município da Lousã, ao Conselho Nacional de Educação pelo convite para apresentar a experiência de trabalho, em conjunto, e dizer que a minha comunicação aborda, fundamentalmente questões que tem a ver com a nossa intervenção, em matéria daquilo que é a responsabilidade do Município. Alterou-se aqui a ordem, o Senhor Presidente do Agrupamento de Escolas irá depois falar sobre a componente mais pedagógica, digamos assim. A comunicação tem o título “Envolver para Desenvolver”, irão perceber depois porque lhe demos este título.

A Lousã pertence ao distrito de Coimbra. Temos aproximadamente 15 753 habitantes, segundo os dados dos censos de 2001, mas, na realidade, e por dados que temos, a população andarà na casa dos 22 000 habitantes. Tem uma área aproximada de 140 km<sup>2</sup>, e é constituída por seis freguesias. Isto para perceber-mos onde estamos e quem somos. Temos três creches, treze jardins de infância, catorze escolas do 1.º ciclo do ensino básico, uma escola de 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, uma escola secundária e uma escola profissional, e um total de 2 931 alunos. Contrariamente a muitos municípios do nosso país, a nossa taxa de crescimento, nos últimos anos, é bastante elevada, é superior à média nacional. E isso reflecte-se, na população escolar nos últimos anos, porque o concelho é procurado por casais muito jovens. Isto reporta-se apenas aos últimos anos, se fossemos mais atrás perceberíamos que o crescimento ainda era mais elevado, temos uma população que evoluiu de aproximadamente 2 700 alunos para 2 931 alunos no actual ano lectivo. Portanto, felizmente, há aqui um crescimento sempre continuado, mas infelizmente, depois há também aqui problemas

---

\* Vereador da Câmara Municipal da Lousã

com as infra-estruturas que, ao longo dos anos, temos que ir resolvendo. Infelizmente, não conseguimos acompanhar o crescimento tão rápido da população escolar. Há seis aspectos que gostaria de realçar em termos da intervenção do município. Por um lado, o desenvolvimento e envolvimento da comunidade educativa local; as questões não são da exclusiva responsabilidade do município, são da responsabilidade de toda a comunidade educativa local, e, portanto, só envolvendo é que conseguimos resolver os problemas que nos aparecem. Há, efectivamente, uma lógica de parceria; muitas vezes, um problema que não é da directa responsabilidade de um parceiro, se todos contribuírem com o pouco que podem dar, conseguimos chegar ao fim e conseguimos resolvê-lo. O enquadramento legal é importante, mas não é fundamental. De manhã falava-se da componente legal, o Senhor Secretário de Estado dizia que está tudo regulamentado. Efectivamente está, mas nesta área, nomeadamente no pré-escolar e no 1.º ciclo, há muita regulamentação que infelizmente não é legislação. E o que acontece é que, o Ministério da Educação regulamenta internamente, e muitas vezes somos confrontados com situações que, aquela competência não é de ninguém, e como não é de ninguém, ninguém a resolve. E, portanto, penso que esta questão da legislação é fundamental. Há necessidade, efectivamente, de alguma clarificação em matéria de legislação, mas não é por aí que vamos e que resolvemos os problemas. Definição clara das regras de articulação; esta foi sempre a nossa preocupação. As regras de articulação estão claramente definidas com todas as escolas do município; percebe-se quem faz o quê, quando faz e porque é que faz. Existem todos os documentos orientadores da política educativa municipal. Portanto, temos Carta Educativa, temos projecto concelhio, temos conselho municipal de educação a funcionar há alguns anos, e isto é fundamental, porque isto permite a todos os intervenientes, a todos os agentes do processo educativo, saber onde que se situam e como devem fazer. E depois esta é uma máxima que os serviços que tenho criado e dirijo, na qualidade de vereador, têm de intervir, prevendo e planificando e não reagindo. Infelizmente, muitas vezes, nas autarquias, reage-se muito, planifica-se pouco ou não se planifica.

As questões que vou abordar de seguida têm a ver com a questão das infra-estruturas, com a questão dos apoios logísticos, com o educar para a cidadania, com os incentivos à escrita e à leitura, com as respostas que damos à família e a questão do insucesso escolar, as parcerias e algumas considerações sobre tudo isto.

Em matéria de infra-estruturas, consideramos que a Carta Educativa foi o documento fundamental que orienta todo o nosso trabalho de intervenção no Concelho. Partiu de um estudo prévio, que foi concluído em 2002, e teve um processo de discussão muito amplo por todos os agentes da comunidade educativa, incluindo agentes exteriores ao concelho, o caso do sindicato dos professores que tiveram também oportunidade de participar neste debate. E, portanto, ela foi, naturalmente sem grandes problemas, aprovada no ano passado em conselho municipal de educação, foi aprovada pelo distrito municipal e, no final do ano, na Assembleia Municipal. Portanto, apesar de ainda não ter feito as suas etapas todas, este tem sido o documento que orienta toda a intervenção do município, em matéria das infra-estruturas físicas, e que é fundamental para os próprios órgãos de gestão das escolas perceberem o que é que se vai passar em matéria de intervenção. Queria dizer o seguinte: nós continuámos, apesar de toda a regulamentação, ao final destes anos todos, a discutir ainda quem é que vai pagar o quê? E, portanto, a opção aqui foi claramente fazê-la, pagá-la, já a pagámos e estamos muito pouco preocupados com o facto de o Ministério da Educação nos pagar ou não, apesar de que vamos pedindo sempre, ao abrigo da regulamentação em vigor, que o Ministério da Educação pague. Iremos na próxima semana, apesar daquele acordo recente com a Associação Nacional de Municípios, submetê-la a rectificação da Senhora Ministra da Educação, porque é isso que está na lei, e a lei é para se cumprir, para ter eficácia.

Segunda questão, em termos de matéria de infra-estruturas lançámos um programa de requalificação do parque escolar e dividimo-lo em três fases: a primeira fase já está concluída há algum tempo, e teve financiamento do eixo 1, medida 1. Recordo-me, que alguém abordava que é uma questão de opção dos municípios. É assim, nós preferimos ter o clube

de futebol lá do concelho nos distritais, mas entendemos que as infra-estruturas físicas são claramente uma opção. E, portanto, se a educação é prioridade, é para aqui que devemos canalizar o investimento. Como sabem, quem for autarca, há aqui uma opção, normalmente o eixo 1 é usado apenas para o alcatrão e para esse tipo de infra-estruturas. Nós, porque não havia problemas específicos para intervenção nesta área, optámos por requalificar as escolas do 1.º ciclo. Para perceberem, no caso da CCR, fomos dos poucos municípios que fizemos esta opção, queimámos o nosso eixo 1 com esta intervenção no parque escolar.

A segunda fase que está em execução intervém fundamentalmente em jardins de infância e foi candidatada a verbas do Ministério da Educação, nomeadamente o programa desconcentrado que existe para essa área.

Temos uma terceira fase, que aguarda neste momento aprovação e que se destina a intervir em cinco jardins de infância, não só na requalificação física do interior, mas também ao nível do exterior. Para termos uma ideia, porque acho que as imagens são importantes, estão ali apenas duas situações, o que era antes e o que é depois da intervenção. Portanto, não há efectivamente qualidade em educação se não houver também a preocupação de ter infra-estruturas com alguma dignidade e com alguma qualidade. Portanto, o que ali está não é real, o antes tem cinco anos, sensivelmente.

Em matéria de apoios logísticos, consideramos que é importante, porque os conceitos mudam, os intervenientes mudam, os protagonistas mudam, ao longo de cada ano lectivo, que as pessoas tenham a noção do que é que esperam do município, porque às vezes os municípios são entidades complexas. A autarquia tem um guião que disponibiliza no início do ano a todos os estabelecimentos de ensino, em articulação com os agrupamentos de escolas, e que tem claramente definidos a forma como as escolas devem articular com o município aquilo que devem pedir. Se avaria o alarme como é que devem fazer, se precisam de toner como é que devem fazer, aquelas coisa que nos parecem que não são importantes, mas que são extremamente importantes para que as coisas funcionem bem no dia-a-dia. Também temos ligação das escolas e dos jardins de infância através

da ADSL, banda larga. Todas as salas do 1.º ciclo têm esse tipo de equipamentos, os jardins de infância vão ter, ao abrigo de uma candidatura que fizemos e que está neste momento em fase de instalação, mas procuramos ir mais além, também é importante que se vá mais além. Todos os equipamentos que estão nas escolas do 1.º ciclo, estão ligados em rede e, no caso dos jardins de infância que estão em espaço próximo das escolas do 1.º ciclo, todos os equipamentos informáticos que ali estão colocados irão também ser ligados em rede.

Uma outra matéria em que a legislação é madrastra é a relativa às auxiliares que são fundamentais. Não conheço escola ou jardim de infância que funcione sem auxiliares, e, portanto, nós colocámos auxiliares, apesar dos avisos da Associação Nacional de Municípios. Tenho uma visão muito crítica sobre esta matéria e, nomeadamente com a Associação Nacional de Municípios. Todos os anos chega um ofício que alerta os municípios que não devem colocar auxiliares nas escolas do 1.º ciclo, mas é assim: o ofício é simpático, mas não resolve problemas. E, portanto, nós colocamos auxiliares, ao arrepio da Associação Nacional de Municípios, nas escolas do 1.º ciclo sem qualquer tipo de problema. Assumimos esse compromisso. Temos é depois o ónus desta questão no pré-escolar 75% das auxiliares existentes no concelho são nossas, no ensino básico 78% são nossas. Isto obrigou-nos a um esforço financeiro, naturalmente, porque cerca de 80% delas são dos quadros da autarquia e as restantes recorremos a programas ocupacionais e fazemos formação. Temos um programa de formação anual e investimos na qualidade, porque entendemos que este é um recurso humano fundamental, e só fazendo formação é que é possível conseguir que elas trabalhem com alguma qualidade. Mas depois temos o tal ónus da questão que é dentro do espírito e parceria com os agrupamentos de escolas. Quando alguma auxiliar do Ministério adoece ou falta por outros motivos, o Ministério da Educação normalmente não procede à sua substituição. Há uns mapas, mas depois a professora Henriqueta poderá falar melhor sobre isso, que são interessantes, e isto também é demonstrativo da relação da administração central com o poder local. Há uns mapas que o Agrupamento de Escolas tem de enviar para o Ministério da Educação e que não permite que vão a zero. Isto é interessantíssimo! Ou seja, as auxiliares que a Câmara

coloca, aparecem lá como sendo um recurso que o próprio Ministério da Educação disponibiliza! Isto é interessantíssimo e é engraçado, para não dizer anedótico, já tivemos a oportunidade de alertar para essas questões.

Para as visitas de estudo disponibilizamos gratuitamente aos diversos graus de ensino de todo o Concelho a possibilidade de utilizarem os autocarros municipais para visitas de estudo, porque entendemos que é uma componente importante.

Atribuímos anualmente uma verba para material de desgaste pedagógico e didático, que é definida em Setembro, para que as escolas do pré-escolar e do 1.º ciclo tenham disponíveis um valor que é gerido pelos agrupamentos para este tipo de material.

Ao nível de segurança, os municípios têm todos serviços municipalizados de protecção civil, e nós atribuímos ao nosso serviço de protecção civil a responsabilidade não só dos planos de evacuação, como também de toda a gestão de extintores, caixas de primeiros socorros e aquelas coisas que são fundamentais para que as escolas possam funcionar. E como é fundamental fazer manutenção de rede temos pessoal que está afecto ao sector de educação da autarquia, cuja responsabilidade é só fazer a manutenção das escolas. Nos últimos anos, nomeadamente este ano lectivo, notámos que as solicitações das escolas diminuíram em flecha. Porquê? Porque como há manutenção regular, a tendência é para haver cada vez menos e é bom que assim seja.

Depois, vamos atribuindo um conjunto de apoios logísticos, produtos de higiene e limpeza, que são da responsabilidade da junta, o equipamento e o mobiliário: todos os estabelecimentos de ensino têm fotocopiadora, porque achamos que é um meio importante, assegurando nós o normal funcionamento delas.

O terceiro aspecto da nossa intervenção, educar para a cidadania, é assim: temos o projecto educativo concelhio, aprovado pelo conselho municipal para a educação, cuja base temática é a educação para a cidadania e que serve de referencial a todos os projectos educativos das várias escolas

e agrupamentos. Neste âmbito, oferecemos a todas as escolas, em estreita articulação com os agrupamentos e com as outras escolas, actividades de complemento curricular diversificadas e que são avaliadas anualmente e adaptadas em função daquilo que é a qualidade das mesmas e o tipo de resposta que oferecem. Algumas são fixas, outras variáveis, em função do programa que é estabelecido anualmente.

No âmbito da temática educar para a cidadania, temos uma oficina de segurança e uma sala de trânsito, porque entendemos que é importante trabalhar estas questões.

Aderimos também, naturalmente, ao programa generalização do inglês no 1.º ciclo. Fazemos a gestão do programa, mas toda a supervisão pedagógica é feita pelo departamento de inglês da escola básica 2/3, porque entendemos que essa não é a nossa área nem a nossa responsabilidade. Desenvolvemos, também, em conjunto com as escolas, ao longo destes anos, a experimentação ao nível da ciência, através de programas financiados pelo Programa Ciência Viva. Fruto desse trabalho de parceria com as escolas, irá, no futuro, ser criado um centro do Ciência Viva no Concelho. Trabalhamos também a questão das dependências, porque há problemas de alcoolismo, há problemas de droga e entendemos que é fundamental fazer prevenção. Temos também a preocupação do incentivo à escrita e à leitura, através de um programa de apoio a jornais escolares que lançámos. Temos jornais escolares, no concelho, que já foram distinguidos pelo jornal “O Público” e, nos últimos quatro anos, a Câmara apoiou o lançamento de quatro obras literárias, escritas pelos alunos do concelho, no âmbito do programa de rede e bibliotecas escolares. A taxa de cobertura de bibliotecas escolares no concelho é na casa dos 71,8%, mas temos feito propostas ao Ministério da Educação para conseguir cobertura plena deste equipamento.

Ao nível das respostas à família, garantimos não só o serviço de refeições, o prolongamento do horário e também ATL, com uma taxa de cobertura na casa dos 100%. Só não funciona onde não é necessário e fundamentalmente por parcerias com as instituições e associações locais. No

caso, aplicámos a legislação. Há bocado falava-se na questão da regulamentação, ainda é possível subsistir a questão da não aplicação da legislação em matéria de refeições, ainda que ela seja muito clara. Há referenciais, a legislação é muito clara. É interessante porque nós, quando nos serve, aplicamos a legislação, quando não nos serve dizemos que ela não existe. E, portanto, consideramos que mesmo aí, às vezes, há algum contra-senso.

O serviço de transportes escolares é também assegurado directamente e por protocolo com várias instituições, mas com uma diferença é que nós asseguramos transporte escolar num raio de 1 km. Apesar da legislação só obrigar a partir de três ou quatro quilómetros, nós consideramos que pelas características do município, deveremos assegurar mais perto. Portanto, isso trouxe-nos naturalmente custos, mas também nos trouxe mais valias, porque esta é também uma medida de combate ao insucesso e ao abandono escolar, e essa é a nossa preocupação.

Em matéria de refeitórios escolares a nossa cobertura é integral, todas as escolas do Concelho têm refeitório, mesmo as mais pequenas.

E, quando se fala no combate ao insucesso escolar, tudo aquilo que disse para trás tem efectivamente reflexos, mas também temos situações de insucesso escolar. E, portanto, a parceria com a EB 2/3, com a escola secundária e a própria escola profissional funciona porque, nos últimos dois anos, face aos vários alunos detectados com insucesso escolar e que estavam em vias de abandonar ou que já tinham abandonado a escola, foram criados dois cursos educação/formação, um dos quais terminou com bastante sucesso. Um dos cursos dá resposta a quinze miúdos, em estreita parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. O curso começou em Outubro e até agora não há faltas a assinalar. Depois, temos um órgão que funciona já em muitos municípios, mas que, no nosso caso, funciona desde 2002, que era o antigo Conselho Local de Educação e é hoje o Conselho Municipal de Educação. E este é verdadeiramente um fórum de parecerias. No ano 2004 reuniu umas dez vezes, mais do que aquilo que a legislação obriga, reúne sempre que é necessário e teve já discussões interessantes. Aliás, alguns devem-se recordar, o nosso Concelho teve uma “guerra” com

o Ministério da Educação por causa da imposição de Agrupamentos, a nós era-nos imposto um único Agrupamento. E, portanto, fruto deste trabalho de parceira, nunca aceitámos isso e conseguimos no final de um ano lectivo, que fossem instituídos os dois Agrupamentos de Escolas que ainda hoje estão a funcionar. Foi também fruto dessa discussão e de toda essa parceria no Conselho Municipal de Educação, que vai ser construída uma nova escola que, como se percebe pela evolução da população escolar, é fundamental. Isto para dizer o quê? Que há efectivamente aqui uma articulação e, nestas questões das parcerias e da articulação, só se estivermos dispostos a ter parcerias e dar um pouco daquilo que cada um de nós pode dar, é que conseguimos ter resultados. No nosso caso concreto, este trabalho que é feito no Conselho é fruto exactamente de parceria com todo e qualquer elemento da comunidade educativa.

Terminava, dizendo que temos naturalmente pretensões e desafios para o futuro. A nossa preocupação assenta muito no rigor da resposta que damos, queremos melhorar as respostas que já criámos. Mas também somos claramente críticos e defensores da necessidade de uma definição clara das competências do Ministério da Educação e das autarquias. Porque há zonas cinzentas que não são de ninguém, e quando não são de ninguém, fica sempre a dúvida sobre quem é que deve resolver.

No caso do nosso concelho, temos quatro desafios claros para os próximos anos, que são a construção da nova escola básica do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos para a qual está celebrado protocolo com o Ministério da Educação. A criação de um centro de recursos concelhio é uma parceria com os dois Agrupamentos de Escolas e com a escola secundária, porque entendemos que não é possível termos em todos os estabelecimentos escolares recursos que hoje são importantes para leccionar. Para isso é fundamental termos alguns recursos que depois poderão ser utilizados e partilhados por todos. Temos já em estudo um projecto para a criação do cartão municipal do estudante, que vai permitir a todos os alunos do concelho ter acesso a um conjunto diversificado de ofertas e actividades através desse cartão e vai permitir, também, que toda a associação escolar, mesmo as comparti-

cipações dos pais nas refeições, seja feita através desse sistema. E vamos naturalmente tentar concluir esta requalificação do parque escolar.

Terminaria, realçando que o trabalho que aqui está feito não é apenas trabalho da autarquia, é um trabalho que só resulta e só funciona porque, efectivamente, existe aqui a parceria de todos os elementos da comunidade educativa. Portanto, é um trabalho que é feito com gosto, é uma equipa que trabalha comigo que é bastante motivada, mas é um trabalho que não está acabado, funciona porque todos estamos dispostos no concelho, independentemente das nossas opções de natureza ideológica, envolvendo para desenvolver.

Muito obrigado.

Município de Oliveira de Azeméis e Agrupamento Vertical de  
Escolas do Couto de Cucujães  
Projectos em parceria

**Rosa Gabriela Cabrita Reis\***

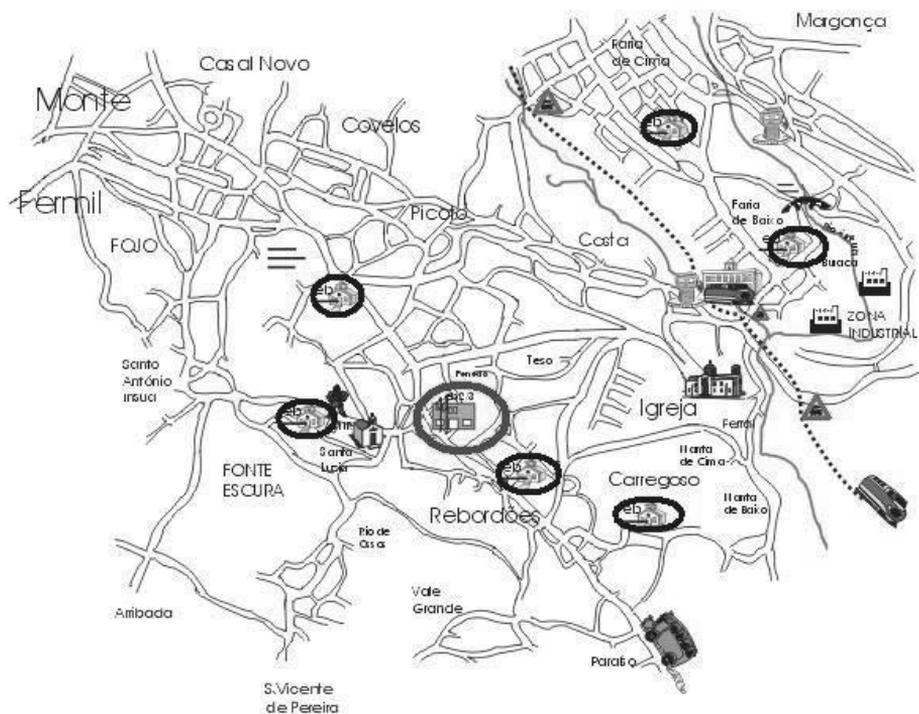
A comunicação que vou apresentar pretende dar a conhecer os principais projectos que existem em parceria com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e o Agrupamento Vertical das Escolas do Couto de Cucujães.

Em primeiro lugar e a título de introdução, convém fazer uma breve apresentação da localização geográfica do Agrupamento: situa-se na Região Norte do Distrito de Aveiro, no Concelho de Oliveira de Azeméis, freguesia de Cucujães. Em termos das Escolas que compõem o Agrupamento, podemos ver no mapa que a localização das escolas na freguesia é muito pouco dispersa, o que, para nós, é uma vantagem muito grande, comparada com a realidade de outros Agrupamentos existentes por este país fora. O mapa que aqui está representado tem aproximadamente 8 km<sup>2</sup>.

Como podemos observar, a distância entre as Escolas do 1.º ciclo e Jardins de Infância e a escola sede do Agrupamento (E.B.2/3 Dr. Ferreira da Silva) não ultrapassa os 4 km.

---

\* Agrupamento Vertical de Escolas do Couto de Cucujães



O Agrupamento foi constituído no ano lectivo 2002/2003, a sua composição abrange quatro Jardins de Infância, com sete turmas em funcionamento no corrente ano lectivo, cinco Escolas do 1.º ciclo, com dezanove turmas e uma sala de apoio permanente, bem como uma escola básica de 2.º e 3.º ciclos, com vinte e oito turmas em funcionamento, num total de mil e setenta alunos.

Os principais meios de comunicação entre o Agrupamento e o Município consistem em reuniões regulares entre os respectivos representantes, tendo assento na Assembleia do Agrupamento quer um representante da Câmara Municipal, quer um representante da Junta de Freguesia. Na minha maneira de ver, estes meios de comunicação entre o Agrupamento e a Câmara Municipal procuram melhorar os níveis de eficiência e de eficácia na prestação dos serviços à comunidade educativa, quer por parte do Agrupamento, quer por parte da Câmara Municipal.

No que respeita a melhorias físicas dos estabelecimentos de ensino, são algumas as parcerias que existem com o Município. Prendem-se com obras de requalificação dos edifícios e obras de requalificação dos espaços, necessárias nomeadamente para responder ao alargamento do serviço de refeições a 100% das escolas do 1.º ciclo e do pré-escolar, ou seja, houve necessidade de requalificar alguns espaços para possibilitar o fornecimento de refeições a todos os alunos. Outros exemplos foram a constituição da biblioteca da EB1/JI do Picoto e algumas requalificações/melhorias ao nível dos recreios e dos espaços verdes.

Em termos de recursos humanos, temos uma auxiliar de acção educativa por sala do pré-escolar, temos uma cozinheira e uma auxiliar de acção educativa na cantina escolar da EB1/JI do Picoto, uma auxiliar de cozinha para apoio ao serviço de refeitório da EB1 de Faria de Baixo.

Em termos de meios e equipamentos, temos uma biblioteca na EB1/JI do Picoto inserida na rede de bibliotecas escolares desde o ano lectivo 2002. A Câmara Municipal, colocou um computador com ligação à Internet de banda larga nas escolas de EB1, num rácio de um por sala. Na EB1/JI do Picoto existe uma cantina escolar, cuja gestão está a cargo do órgão de gestão do Agrupamento, e que serve, neste momento, cerca de cento e dez alunos. Existe uma fotocopiadora por escola do 1.º CEB com contrato de manutenção, assegurado pela Câmara Municipal.

Em termos de formação e programas, a Câmara Municipal, para além de acções de formação direccionadas para pais e encarregados de educação, promove para a comunidade adulta, e através de uma parceria estabelecida entre a Câmara Municipal e o Agrupamento, formação na área das novas tecnologias da informação e comunicação, proporcionando aos cidadãos da freguesia de Cucujães o acesso a um diploma de competências básicas nesta área.

Existe também o programa “Crescer a Brincar” que, para além de formação, divulga documentação, e visa promover competências pessoais e sociais nos alunos do 1.º ciclo, procurando ajudar a implementar os projectos curriculares de escola e de turma que se baseiam neste tema.

O programa “Animas” visa o desenvolvimento da comunicação e a estimulação das crianças com deficiências graves e profundas, da sala de apoio permanente do Agrupamento.

Ao nível do Conselho Municipal de Educação, é de salientar que o Agrupamento participou nos debates e nas apresentações que estiveram na base da Carta Educativa, portanto antes da aprovação final deste documento pelos órgãos competentes, e de uma maneira geral, o Agrupamento mostrou a sua concordância com o que nele está mencionado e no que a ele respeita.

Ainda no âmbito do Conselho Municipal de Educação, o Agrupamento participou em algumas reuniões alargadas, onde se trataram temas como, por exemplo, a oferta de formação para os jovens.

Em termos do pré-escolar do 1.º, do 2.º e do 3.º ciclos, as parcerias procuram melhorias no desenvolvimento de toda a acção educativa, as quais passo a exemplificar mais em concreto. Ao nível do pré-escolar, na componente lectiva, a Câmara Municipal fornece transportes gratuitos para visitas de estudo.

Ao nível da componente de apoio à família, e isto numa cobertura de 100% de todas as salas dos Jardins de Infância, o acolhimento às crianças é feito entre as 7h30 e as 9h da manhã e as actividades de prolongamento realizam-se entre as 16h e as 18h30, existindo um apoio, por parte do município, a famílias que apresentam graves carências socioeconómicas.

As actividades de prolongamento entre as 16h e as 18h30 são articuladas e planificadas entre os parceiros envolvidos, ou seja, a Câmara Municipal, as educadoras, os técnicos e os auxiliares de acção educativa. Entre elas contam-se a educação musical, a expressão plástica e a expressão físico/motora que são, neste caso, administrados pelos técnicos da Câmara Municipal.

A modelagem, a reciclagem, a culinária e os jogos tradicionais são actividades desenvolvidas pelas auxiliares da Câmara Municipal, mas articuladas e planificadas pelas educadoras.

As reuniões/convívios com os encarregados de educação, realizam-se uma vez por período. São dinamizadas, quer pelas educadoras, quer pelas auxiliares de acção educativa. São abrangidos, neste momento, noventa e seis alunos do pré-escolar.

Ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, temos novamente uma componente lectiva com ofertas curriculares coadjuvadas – a expressão musical, a expressão físico/motora – que, neste caso, são desenvolvidas quer por técnicos da Câmara Municipal, quer por docentes do Agrupamento (docentes do 2.º ou 3.º ciclos). Há novamente prioridade e transportes gratuitos para visitas de estudo.

No âmbito do projecto do Ministério da Educação, escola a tempo inteiro, também existem algumas parcerias entre o Agrupamento e a Câmara Municipal, as quais foram uma mais valia para podermos, neste momento, ter as escolas abertas até às 17h30 da tarde e que passam pelos seguintes programas: inglês, com cobertura a 100%; o programa TIC que procura desenvolver nas nossas crianças do 1.º ciclo competências básicas ao nível da utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação; o desporto escolar que envolve, neste caso, o xadrez ministrado por técnicos e docentes da Câmara Municipal; a hora do conto que, neste caso, é dinamizada por docentes do 2.º ciclo. O número de alunos envolvidos nestas actividades ronda os duzentos e vinte. As actividades são geridas entre o Agrupamento e a Câmara Municipal, de acordo com as necessidades de cada escola e o número de alunos envolvidos.

Ao nível da escola-sede existe um protocolo de cedência de instalações desportivas, mediante um protocolo que está assinado entre o Agrupamento e a Câmara Municipal, para permitir acesso às camadas jovens da freguesia a um local para fazerem os seus treinos e para se preparem para as competições. E ao nível do desporto escolar tem sempre sido dada prioridade aos transportes necessários às deslocações que os nossos alunos têm de fazer para as várias competições.

Resta referir as actividades do Agrupamento que, de alguma maneira, têm tido a colaboração, se bem que mais pontual, mas sempre que

necessária, da Câmara Municipal e a relação que existe entre o plano anual de actividades e a comunidade. Só trouxe alguns exemplos que ao longo destes quase quatro anos de existência, têm tido alguma evolução e já alguma tradição no nosso Agrupamento.

Temos o projecto da Matemática que, neste caso, tem as valências do Minimat, do MaisMat e do Eqmat. É um projecto do Departamento de Matemática da Universidade de Aveiro, que inicialmente começou só com os alunos do 9.º ano e tem vindo a compreender os níveis de ensino abaixo desse. Neste momento, já temos um projecto construído desde o 1.º ciclo até ao 3.º ciclo.

O jogo do vinte e quatro que, neste momento, também abarca todos os níveis de ensino do 1.º ao 3.º ciclos.

O corta-mato do Agrupamento também tem sido uma actividade com algum progresso e que, neste momento, já abarca todos os alunos desde o 1.º ao 9.º ano. Ainda não conseguimos criar uma prova para o pré-escolar, mas também não desistimos de o fazer.

O jornal do Agrupamento, que tem sido um repositório de trabalhos de todos os níveis de ensino, neste momento já tem alguns protocolos estabelecidos com empresas da região.

A festa de Agrupamento, o culminar de actividades desenvolvidas ao longo de todo o ano lectivo pelas escolas que constituem o Agrupamento, nomeadamente no âmbito da música, do desporto escolar, da dança, do teatro e da pintura, é uma iniciativa que está aberta a toda a comunidade.

## Oliveira de Azeméis: município educador

**Albino Martins\***

Muito boa tarde a todos.

Agradeço, em nome da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis o convite honroso para estar aqui a dar o nosso testemunho.

Antes de mais, queria dizer que não somos pretensiosos ao ponto de entender que é um testemunho de sucesso, porque sentimos quantas dificuldades passámos e quantos constrangimentos passam as autarquias para fazerem o seu melhor e é isso que nós tentamos fazer também.

Começava, exactamente, por ir buscar algumas reflexões às intervenções da manhã e ao princípio da tarde, principalmente quando houve aqui referências ao investimento no acessório, em detrimento do essencial. Há falta de uniformidade de investimentos e apostas dos municípios. Queria dizer que a minha opinião e a opinião do nosso município é que deve haver diversidade: cada município tem uma realidade própria, cada terra tem as suas realidades, as suas condições e, portanto, terá ou não terá o seu projecto educativo e, aquilo que faz, fá-lo de acordo com as circunstâncias que tem e penso que todos se esforçarão por fazer o melhor.

Feita esta introdução, também queria aqui colocar uma referência à realidade que os municípios receberam, em termos do parque escolar. Se hoje uns estão mais avançados do que outros, os esforços foram diferentes, as condições, volto a dizê-lo, também foram diversas. Por exemplo, em Oliveira de Azeméis temos algumas dificuldades, ainda hoje, ao nível físico e não fizemos a aposta que, por exemplo a Lousã fez, aposta na medida 1, devido às realidades que são nossas. Estamos numa região apesar de muito desenvolvida industrialmente, em termos de infra-estruturas básicas (água, saneamento, rede de vias, etc., sobretudo água e saneamento) está num nível

---

\* Vereador da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis

muito baixo. Não digo só o município de Oliveira de Azeméis, mas o Entre Douro e Vouga é uma região atrasada (permitam-me o termo forte) em termos de infra-estruturas. Daí que as apostas municipais se tenham virado, na medida 1, mais para outras áreas, não descorando, naturalmente, as apostas ao nível da educação. Felizmente, vamos ter outras oportunidades no próximo quadro comunitário, o Ministério acabou de o dizer há pouco tempo, vamos ter mais oportunidades, vamos agarrá-las e com consistência.

Para enquadrar, Oliveira de Azeméis é um concelho de dezanove freguesias, 163,5 km<sup>2</sup> e cerca de setenta mil habitantes. Esta é a nossa realidade e é nessa realidade que enquadrámos o nosso trabalho. Queria dizer, também, que a nossa filosofia, já de há muito, é a de criar uma cidade melhor, um município educador. E a adesão, há já algum tempo, à Associação Internacional das Cidades Educadoras foi o corolário de um posicionamento do município em relação às questões da educação. Porque entendemos que a educação não se faz apenas na escola, a educação faz-se no dia-a-dia, na nossa cidade, nas nossas aldeias, nas várias vertentes de actuação dos munícipes e, sobretudo, a educação faz-se através das várias formas de educar. Naturalmente que a adesão a este movimento, a esta associação internacional, pressupõe que o município educador, como queremos e nos esforçamos por ser, implica um direito, mas também uma prática e uma participação e, sobretudo, um compromisso colectivo. Este compromisso colectivo, que é dos autarcas, é das organizações para além da autarquia, é das associações de pais, das escolas, de todos os envolvidos neste grande projecto. Este projecto de município educador depois vem por aí abaixo e desdobra-se numa quantidade enorme de facetas, desde a educação pela saúde, do diálogo entre gerações, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentado. Tudo isto numa perspectiva global educativa, que não se confina aos muros da escola. E é daí que nascem as nossas prioridades, as prioridades municipais para intervenção ao nível da educação. Há algum tempo atrás, assentes nestes grandes princípios, entendemos começar a organizar as nossas prioridades pelo reordenamento da rede educativa, para potencializar recursos e qualificar a oferta educativa. Entendemos promover as interacções e complementaridades, entendemos permitir a continuidade e sequencialidade dos percursos educativos,

entendemos fazer a qualificação das aprendizagens e diversificação das oportunidades de formação. Para ter uma actuação destas não nos podemos confinar às competências que estão estabelecidas na lei. À partida, a lei confina a competência das autarquias às estruturas físicas e pouco mais, ao nível do pré-escolar e do 1.º ciclo. Queremos que as intervenções sejam globalizantes, integradas, e que vão muito para além destas competências e destas obrigações.

Agora historiava muito sumariamente as nossas actuações nos tempos recentes. Ainda antes de se falar no Conselho Municipal, diria que fomos um dos primeiros municípios a constituir o Conselho Local de Educação no ano 2000. E foi no Conselho Local de Educação que se forjaram os primeiros Agrupamentos de Escolas que foram ao encontro daquilo que consta do Decreto-Lei n.º 115-A/98. Portanto, quando a administração central ditou aquilo que seriam os Agrupamentos, o município também se envolveu e envolveu-se através do Conselho Local de Educação que existe a partir daí. Este órgão mais tarde veio a transformar-se em Conselho Municipal de Educação, que tomou posse em 27 de Maio de 2003, e que teve aqui algumas novidades. Entendemos que havia lacunas na lei, na constituição do Conselho Municipal de Educação. Posteriormente, além dos representantes que lá estavam, incluímos também um representante do pessoal não docente das escolas. Pensávamos que era uma lacuna, entre outras, até porque a constituição dos conselhos municipais de educação fugia um pouco àquilo que foram inicialmente os conselhos locais de educação. Penso que neste percurso, que vai para três anos, temos significativa acção desenvolvida, e alguma acção significativa, tanto ao nível da acção social escolar, como ao nível da intervenção nos transportes escolares e no estabelecimento das áreas de servidão das escolas que já existiam. O Conselho Municipal de Educação trabalhou nestas áreas, nas ofertas profissionalizantes e qualificantes, na análise do sucesso escolar do concelho. Envolvemos os agrupamentos de escolas nessa análise e puxámos um pouco por toda esta comunidade educativa, para que essa análise e essa reflexão fossem feitas, envolvemo-nos na rede e daí passamos de imediato à Carta Educativa que surge nesta sequência. A Carta Educativa surge, exactamente, de uma forma curiosa, aliás. Oliveira de Azeméis tinha uma

Carta Escolar já de há muitos anos, naturalmente desactualizada, mas foi também pioneira, em termos de Carta Educativa. Curiosamente, saiu o Decreto-Lei n.º 7/2003, no dia 15 de Janeiro e no dia 16 estávamos a reunir os parceiros todos para dar início à Carta Educativa. Tínhamos na nossa visão a necessidade dessa Carta Educativa para fazermos o reordenamento, a reestruturação e a requalificação de todo o parque escolar, que era e é muito carenciado, e só o poderíamos fazer com base nessa sustentação que era a Carta Educativa. A Carta Educativa já está há cerca de um ano no Ministério da Educação, para homologação e cremos que será homologada muito em breve.

O nosso panorama é este. Faço questão de referir aqui a envolvência, exactamente no pensamento que pus no início: para nós não existe aqui a competência do 1.º ciclo e do pré-escolar, embora essa seja mais directa. No nosso concelho existem três privados com pré-escolar e um privado com o 1.º ciclo, depois existem vinte IPSS com oferta educativa ao nível do pré-escolar, quarenta e oito escolas de 1.º ciclo, trinta e cinco jardins de infância da rede pública, sete EB 2/3 e duas escolas secundárias. Temos também duas escolas superiores, uma pública e uma privada. São recentes, mas fazemos questão de englobar tudo isto, porque todas estas entidades estão representadas no Conselho Municipal de Educação, incluindo o ensino superior e o privado. Portanto, trabalham em conjunto.

No caso das escolas superiores, temos a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa que tem 322 alunos e vai dentro de dias terminar o primeiro curso de licenciatura. Em poucos anos cresceu do nada e foi um tremendo sucesso. Temos também a dar os primeiros passos, a Escola Superior Aveiro/Norte, o Pólo da Universidade de Aveiro, na zona Norte do Distrito, e que tem já oitenta alunos neste primeiro ano de actividade, compreendendo aqui os CETs que não são ensino superior, são ensino não secundário. O primeiro curso da área das Tecnologias de Produção está já a funcionar. Portanto, tudo isto é o nosso panorama.

Queria dizer que esta articulação, este trabalho em conjunto, que procuramos que exista, assenta também na comunicação. Criámos uma

plataforma via intra/Net (escusado será dizer que temos todas as escolas com Internet e Banda Larga) e através dessa ferramenta pusemos a funcionar o sistema de contacto directo com as escolas. Rapidamente, através desta plataforma, comunicamos na mesma hora, município com as escolas e escolas com o município. Isto facilitou muito esta proximidade e esta interacção. Para desenvolvermos este trabalho houve que repensar também a própria estrutura da Câmara Municipal, a estrutura técnica. Há três, quatro anos atrás, tínhamos um gabinete de educação com três administrativos, portanto, faziam o trabalho administrativo de apoio àquilo que são as competências directas da Câmara Municipal relativamente ao 1.º ciclo e pré-escolar. As necessidades eram muitas e tivemos que nos munir rapidamente de outros recursos humanos para dar respostas não só ao 1.º ciclo e ao pré-escolar, mas também a todos os outros níveis. De gabinete de educação, passámos a ter uma divisão da educação que tem psicólogos, sociólogos, professores e assistentes sociais. Portanto, tem um conjunto de técnicos que nos capacita para intervir efectivamente, porque a nossa intervenção é muito importante para além da intervenção física. Esta intervenção ao nível da educação estrutura-se. Posso dizer que são três os gabinetes que fazem parte da divisão da educação, e estes gabinetes são as traves mestras de estruturação do nosso trabalho. Temos o apoio socioeducativo, temos a rede educativa e transportes, e temos os projectos e complemento curricular.

No apoio socioeducativo, passo muito rapidamente, mas reforço o aspecto do pessoal de apoio, uma vez que foi aqui referenciado anteriormente o pessoal de apoio educativo ao pré-escolar. No Município de Oliveira de Azeméis as auxiliares do pré-escolar são todas do Município e temos uma média que penso ser invejável, uma auxiliar por cada sala de jardim de infância. Há aqui uma discrepância muito grande entre aquilo que existe no 1.º ciclo e que não assumimos, porque não está regulamentado para ser assumido como tal, embora num ou outro caso, e por forma a resolver pequenas emergências, tenhamos de destacar algum elemento.

Temos a Acção Social Escolar e temos o apoio social à família. É preciso dizer que temos uma rede de apoio social à família, porque o

protocolo existente, entre a direcção regional e os municípios, para expansão do pré-escolar, no passado, estava delegado às juntas de freguesia que estavam mais perto. Nós estamos a retomar progressivamente estas responsabilidades porque temos outras estruturas e outras capacidades. Estamos a criar uma rede de apoio à família, seja pelas refeições, seja pelos prolongamentos de horário em relação ao pré-escolar. Podemos fornecer este serviço através de alguns apoios, porque entendemos, e acho que toda a gente entende, que o prolongamento escolar não pode ser um prolongamento para guardar as crianças, tem que se lhes dar algo diferente, tem que se lhes dar outras actividades e é isso que se faz.

Há aqui uma referência a todas as outras actividades porque, com os técnicos que temos, desenvolvemos actividades ao nível da formação parental, intervimos junto das associações de pais e dos pais, em geral, porque entendemos que é fundamental esta educação ser acompanhada, não podemos fazê-la isolada.

Outra área de intervenção ao nível dos projectos, é o projecto Crescer a Brincar, que é feito com o nosso apoio, mas desenvolvido com os próprios professores, com os próprios educadores, nos próprios estabelecimentos.

Temos também o serviço de atendimento psicológico, que são as consultas àqueles casos mais necessários. São as consultas mais viradas para os casos na escola mas também na família. Sabemos que há situações de risco, situações de exclusão, situações complicadas onde temos que intervir, e essa intervenção não pode ser só feita na escola, tem que ser feita muitas vezes em casa e damos também esse apoio.

O serviço de acompanhamento social, que é mais em grupo, é uma intervenção mais na escola, e aqui, através de vários técnicos, já não é o género de consulta mas é uma intervenção conjunta onde vemos que há necessidade de intervir.

Falando um pouco da rede educativa e transportes, vou perder aqui um bocadinho para dizer que para nós a questão do reordenamento da rede é fundamental. Não vivemos num município isolado do interior, estamos num

município do litoral, portanto, não temos as especificidades do interior. Mas temos algumas realidades um pouco do interior e temos certos contrastes: por exemplo, a cidade de Oliveira de Azeméis e uma freguesia de grande crescimento têm as escolas do 1.º ciclo todas em desdobramento, portanto temos falta de instalações, e depois temos casos isolados onde há escolas com poucos alunos. Tivemos esta visão: quando o Ministério da Educação falou no encerramento de escolas com menos de dez alunos, nós decidimos encerrar as escolas com menos de vinte! Isto há dois ou três anos atrás! Vamos encerrar escolas com menos de vinte, desde que haja uma turma só, porque é contraproducente estarmos a ter uma turma numa escola e um professor com os quatro anos de escolaridade. Fizemos isso com alguma coragem, fechámos de uma vez três escolas. Penso que foi um processo relativamente pacífico, porque implicámos as pessoas nisto, fizemos perceber às pessoas que isto era para melhorar, não era para piorar. Não fomos e não podemos ir mais longe, porque apostamos neste reordenamento mas para melhor qualidade. E, portanto, a partir de agora vamos fechar mais algumas, nesta média, mas apenas quando abrirmos centros escolares com qualidade, onde haja biblioteca, onde haja espaço de lazer, espaço de actividades de vária ordem, onde haja todas as estruturas necessárias.

Nos últimos anos instalámos algumas bibliotecas escolares. Temos dez já no terreno, ainda nos poderemos, na medida do reordenamento da rede, candidatar a mais algumas.

Apontam-nos às vezes excesso de oferta às escolas e aos agrupamentos. Foi uma aposta que fizemos, mas uma aposta que assentou, como disse, no início, na realidade que tínhamos. Este ano, quando se generalizou a oferta do inglês, apenas pegámos naquilo que tínhamos no terreno e operacionalizámos e alargámos um pouco mais. Já tínhamos mais de metade do Concelho há alguns anos com a leccionação do inglês, agora tratou-se de alargar e, neste momento, temos cobertura a 100%, de acordo com o projecto. Tínhamos já no terreno a expressão físico/motora, através de um projecto que para nós também foi muito gratificante, o basquete na escola. Parece, à primeira vista, que este é um projecto de desporto escolar, mas não é. É muito mais do que isso, foi um projecto estruturado, em

parceria com a União Desportiva Oliveirense, através de monitores devidamente credenciados e com apoio, porque os atletas de alta roda, muitas vezes são um chamariz para os miúdos. Portanto, fizemos uma coisa e a outra. Temos a vertente de desporto escolar, se quisermos, mas temos sobretudo a expressão físico/motora em coadjuvação que envolve os docentes. Este tempo é dado, mas é na perspectiva que ele recebe informação e também pode fazer a sua parte de expressão físico/motora depois.

Falei nestas duas, podia falar em muitas outras, temos diversas ofertas, sobretudo no complemento curricular. Implementámos as TIC, as novas tecnologias, através de formação que não fica pelos alunos da escola, vai aos pais, vai a toda a comunidade, envolve muita gente. Temos naturalmente o inglês de que já falei, o xadrez, o vólei, o desporto escolar, portanto, há aqui um conjunto de actividades com que envolvemos as escolas.

Temos um regulamento que ultrapassa a nossa capacidade dos autocarros municipais, e as escolas e os jardins de infância podem dispor de duas visitas de estudo anuais, gratuitas.

A terminar quero apenas referir que esta postura implica toda a gente que interage com o município e com as escolas, implica a sério nesta grande parceria, de forma a que todos trabalhem no sentido da comunidade que queremos, da cidade e do município educador.

Finalmente, e não fiz nenhuma referência quando falei nos vários níveis de ensino, falei até ao ensino superior e esqueci-me de falar na Universidade Sénior. É um projecto muito querido para nós, que envolve já umas centenas de idosos, que estão a participar muito activamente, e também eles fazem parte deste grande projecto de município educador que queremos ser.

Terminava, com este pensamento: queremos mais escola, melhor escola, numa rede de parcerias, onde os pais, a escola, a autarquia e a

comunidade, todos envolvidos consigamos uma melhor educação, uma melhor educação envolvente.

Muito obrigado.



COMENTÁRIOS



Muito boa tarde a todos.

Penso que os comentários não serão já muitos, atendendo, a que os meus colegas autarcas presentes, disseram o essencial daquilo que se pretendia. Neste momento, penso que se deu um bom exemplo daquilo que podem ser os projectos educativos desenvolvidos por uma autarquia, nomeadamente, ao nível da sustentabilidade dos projectos. Isto porque, nós, os Presidentes de Câmara e todos os autarcas somos eleitos de quatro em quatro anos, e os projectos educativos têm que se prolongar no tempo.

Logo as Cartas Educativas são um instrumento que deve integrar PDMs de nova geração, entendendo o processo educativo como transversal a todos os sectores do desenvolvimento económico e social. As cartas educativas não podem conter apenas os compromissos dos Municípios mas de todos os agentes envolvidos no processo educativo. Com as assimetrias existentes no território, e entre receitas das Autarquias, os Municípios têm um esforço acrescido na sua participação, excedendo as suas competências de forma a contribuir para o desenvolvimento local.

A educação não se esgota efectivamente ao nível do pré-escolar e do 1.º ciclo, ela continua, assume um papel fundamental na educação e formação de adultos.

O processo de formação dos nossos recursos humanos torna-os mais competitivos, logo é um processo que está para além do município. Quando temos competências ao nível do pré-escolar e 1.º ciclo, os municípios têm que as exceder, se for essa a sua opção, atendendo a que o processo educativo exige de todos compromissos, nomeadamente quando os recursos são escassos, os municípios são os primeiros a garantir os recursos humanos e financeiros para a viabilidade dos projectos. Mas, o que nos deve

---

\* Presidente da Câmara Municipal de Nisa/CNE

preocupar é a questão das assimetrias que de facto existem entre Municípios e regiões.

Concluimos que os projectos educativos são realizáveis, devido a um grande envolvimento por parte das autarquias, aquelas que o assumem como uma opção estratégica para o desenvolvimento dos seus concelhos. Temos que respeitar a diversidade, mas falta um planeamento efectivo, e uma estrutura intermédia, em termos regionais que garante o acesso à educação em igualdade para todas as crianças, independentemente do sítio onde nasçam ou residam.

A regionalização é a organização administrativa fundamental que pode contribuir para diminuir as assimetrias do território, respeitando as diversidades regionais.

A afirmação das regiões, a intermunicipalidade e o trabalho em rede, com uma qualificação de recursos humanos e envolvência dos diferentes agentes económicos e sociais, são os desafios que enfrentamos para nos impormos no mundo global.

Graça Guedes\*

Começo por agradecer ao Conselho Nacional de Educação o convite que me fez para participar neste debate sobre Educação e Municípios e também por ter promovido este seminário. Gostaria de esclarecer que não estou aqui na qualidade de técnica superior do Ministério da Educação. Encontro-me aqui na situação de quem desempenhou funções técnicas autárquicas, no âmbito da educação, o que me deu a conhecer todo este campo de intervenção e, também, de algum trabalho de investigação que tenho desenvolvido nesta área. Portanto, as posições que aqui vou assumir são da minha inteira responsabilidade, o que gostaria que ficasse esclarecido.

Quero agradecer, ainda, “os bons exemplos” que nos foram aqui trazidos, quer pela Câmara da Lousã, quer pela Câmara de Oliveira de Azeméis e pelo trabalho apresentado pelos Agrupamentos. Falámos, hoje muito de autarquias e do bom trabalho das mesmas, e ficou um bocadinho no escuro o trabalho dos Agrupamentos, o trabalho das escolas, que é uma outra realidade. E, se o Senhor Professor\*\* me permitisse, lançava-lhe o desafio de organizar um outro seminário, que tivesse como tema central a dinâmica dos Agrupamentos, que constitui, igualmente uma outra questão complexa. Não tem sido fácil gerir a administração local dos Agrupamentos, estes aqui, provavelmente, não se confrontaram com questões de conflitualidade mas, na zona de Lisboa por exemplo, a construção dos Agrupamentos tem sido algo conflitual e tem colocado as escolas do 1.º ciclo numa posição difícil, para não utilizar um termo mais forte. Ao colocar esta questão em cima da mesa acho que devo fazer uma ressalva, a meu ver, o problema não se coloca por ausência de normativos, mas sim por incumprimento dos mesmos.

Por favor, não façam mais legislação, acho que em Portugal temos legislação a mais e não a cumprimos. Temos uma Lei de Bases de 1986, que não foi integralmente cumprida por constrangimentos de vária ordem, que

---

\* Secretária-Geral do Ministério da Educação

\*\* Refere-se ao Presidente do CNE

em alguns pontos do seu articulado deve ser melhorada, ou até, alterada, mas que, em meu entendimento, não carece ser substituída por outra. Também há vinte anos foram definidas as competências a transferir para as autarquias, estas questões que aqui hoje ouvimos referir – transportes, refeitórios e acção social escolar – já os discutíamos quando trabalhava na Direcção-Geral do Básico nos anos oitenta. E, portanto, creio que relativamente a esta questão não precisaremos de mais legislação, precisamos é de cumprir a que temos, obviamente passando para as autarquias os recursos de que elas têm necessidade para poderem cumprir as responsabilidades que lhes são pedidas. Na descentralização de competências do centro para o local coloca-se, ainda, uma outra questão, que a ser analisada nos levaria muito longe, e que se relaciona com a partilha de poder. O centro transfere para as periferias competências, mas espartilha-as com a publicação de normativos. O centro não abdica do poder, uma situação a ser ponderada.

Um outro caso tem a ver com a interferência dos municípios em âmbitos que ultrapassam as suas competências, quer fazendo intervenções em níveis de ensino, como seja o 2.º e 3.º ciclos e o secundário, quer desenvolvendo projectos em áreas temáticas que lhes são alheias. Isto é louvável, mas questiono-me se, de facto, o deviam fazer. Aliás, um trabalho que foi realizado sobre os municípios da área metropolitana de Lisboa, nos dezoito municípios, revelou-nos que todos eles prestavam apoio a alunos com necessidades educativas especiais e promoviam formação de professores (competências da administração central).

Há, porém, um outro papel, que eu penso que cabe às autarquias, e que se relaciona com o exemplo dado esta manhã pela Senhora Deputada Elisa Ferreira, quando referia que no Vale do Ave, enquanto as coisas eram manuais as pessoas sem grandes habilitações eram capazes, quando as coisas começaram a complicar-se, já não eram capazes. Bom! Isto tem muito a ver com uma outra questão que hoje se coloca, que é a educação ao longo da vida, e aí, penso que as autarquias podem prestar um bom contributo.

Se me permitem, aproveito agora, para fazer referência à cidade que se intitula educadora, como é o caso de Oliveira de Azeméis, que pertence à rede nacional das cidades educadoras. Para ser cidade educadora, não é suficiente assinar um protocolo e pagar as quotas à Associação Internacional das Cidades Educadoras, isto não custa muito, o que custa é cumprir o compromisso assumido. É percorrer um caminho, é buscar consensos, é mobilizar a participação dos parceiros locais para construir um Projecto Educativo Local, onde se inclui a formação ao longo da vida.

Remetendo de novo para a questão da intervenção das autarquias em matéria educativa, para além do que está previsto nos normativos, gostava de recordar aqui, uma câmara municipal da área metropolitana de Lisboa que, na década de setenta, abriu jardins de infância com uma cobertura muito razoável do concelho, e que mais tarde se confrontou com uma situação bastante complexa, ter educadoras e auxiliares da acção educativa, funcionárias da câmara; uma outra câmara, também da área metropolitana, afim de resolver o problema das refeições nas escolas contratou cozinheiras e integrou-as no quadro. Estes dois casos exemplificam, como por vezes, para dar resposta a necessidades locais se criam situações de difícil resolução dado o tecto para contratação de pessoal. A solução, para estes e outros problemas idênticos, deve resultar do entendimento entre as partes e da contratualização entre as mesmas, o que não carece de mais legislação, penso eu.

Aliás, não ouvi aqui referir um normativo que poderia ter dado os seus frutos, mas de que todos se esqueceram, refiro-me à Lei 159/99. Creio que com este normativo não precisamos de muito mais, precisávamos de facto é que o poder local e o poder central tivessem em conta que a lei estabelece competências universais, como seja os transportes e as refeições, mas que a mesma lei estabelece outras competências, que não sendo universais, as autarquias poderiam contratualizar com o poder central. De facto, ficámos pela retórica e nunca se viu nada em concreto.

Haveria muita coisa mais que poderia aqui verbalizar, como a necessidade da constituição de equipas pluridisciplinares ao serviço dos

agrupamentos, que integrassem, para além do corpo docente e do pessoal de acção educativa, pessoal da área da psicologia e do serviço social, na perspectiva da prevenção da exclusão, da marginalidade e de outras questões igualmente relevantes.

Diria que há diversidade de situações, para as quais são têm de ser encontradas soluções diversas. Há, no entanto, um pressuposto à partida quando abordamos a relação do centro com a periferia, do ponto de vista constitucional as autarquias são Estado Local e assim devem ser encaradas com o mesmo peso que tem o Estado central. O que acontece é o Estado central, em Lisboa, ditar, e o Estado local cumprir.

Permitam-me, senhores autarcas aqui presentes, dizer-vos: a educação deve ser a primeira prioridade de qualquer autarquia, com o nível de exclusão que temos e com o índice de abandono escolar, que ultrapassa todos os limites do que é razoável, não podemos continuar! Nem as autarquias podem travestir-se de avestruzes. E desculpem-me, mais uma vez, a observação que vou fazer: falar-se tanto em banda larga e deixar a exclusão e o abandono escolar aumentar. E mais do que isso, deixem-me dizer-vos que há escolas na cidade de Lisboa que nem banda larga, nem banda estreita, porque têm um quadro eléctrico que nem sequer aguenta a carga eléctrica da escola. Isto é, quando as professoras queriam ligar o aquecimento, imediatamente havia telefonemas para a Câmara, a pedir para os piquetes da electricidade irem à escola\* Portanto, ou esta situação foi resolvida entretanto, e espero que tenha sido, e então ligam a banda larga, ou de outro modo não sei como possa ser. Embora, entenda que é fundamental que as escolas comecem a implementar tão rápido quanto possível as novas tecnologias da informação e da comunicação e a fazer uso das mesmas.

Para terminar, diria a título de exemplo, que foi considerando a educação como a chave do desenvolvimento da “cidade”, que a cidade de

---

\* Refere-se ao período de trabalho na Câmara Municipal de Lisboa.

Barcelona conseguiu avançar em várias direcções. E eu não acredito que os alunos espanhóis sejam mais inteligentes que os nossos, porque não o são, e não acredito, também, que os professores e técnicos de educação sejam melhores do que nós somos, e também não acredito que os políticos espanhóis sejam melhores que os nossos. Portanto, o que nos faz falta aqui, de facto, é esta conjugação de esforços do central com o local e da escola com o território em está integrado. É a congregação de vários interesses e os consensos possíveis, com os quais é preciso saber fazer a “cama do gato”.

Muito obrigada.